

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

YASMIN OLIVEIRA COSTA

PRECARIEDADE MENSTRUAL NO BRASIL: Uma revisão narrativa

Porto Alegre

2022

YASMIN OLIVEIRA COSTA

PRECARIEDADE MENSTRUAL NO BRASIL: Uma revisão narrativa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Saúde Pública – Faculdade de Medicina – da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Saúde Pública.

Orientadora: Prof^a. Dra. Camila Giugliani

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira Costa, Yasmin
PRECARIEDADE MENSTRUAL NO BRASIL: Uma revisão
narrativa / Yasmin Oliveira Costa. -- 2022.
33 f.
Orientadora: Camila Giugliani.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Medicina, Especialização em Saúde Pública, Porto
Alegre, BR-RS, 2022.

1. Precaridade Mesntrual . 2. Saúde Pública . 3.
Gênero e interseccionalidade. I. Giugliani, Camila,
orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

“Do fundo do meu coração, do mais profundo canto em meu interior, pro mundo em decomposição, escrevo como quem manda cartas de amor”.

(Emicida)

Com todo amor e admiração aos meus pais, Gilberto e Rosane, por sempre acreditarem em mim e me incentivarem, respeitando as minhas escolhas, encorajando-me em todos os momentos, sem medir esforços para que eu chegasse até aqui, como a primeira – mulher – da família a ter graduação e pós-graduação.

À Camila Giugliani, querida professora e orientadora, sou muito grata por todos os ensinamentos, pela paciência e sensibilidade neste processo de orientação.

Aos professores e colegas do curso de especialização em saúde pública da UFRGS, pelas trocas, aprendizados e experiências compartilhadas que, sem dúvida, contribuíram muito para a minha formação acadêmica e concepção de mundo.

Agradeço, também, a todos os amigos e amigas que torceram por mim e me acompanharam nesta caminhada.

“Ao me enxergar, me deu um corpo que eu poderia habitar. Um corpo que, ao ser reconhecido, eu poderia reconhecer. Ao me ver refletida em seu olhar, tornei-me capaz de viver para viver. E não para morrer”.

(Eliane Brum, “Meus Desacontecimentos: A história da minha vida com as palavras”, 2014, p. 47).

RESUMO

A precariedade menstrual é o termo utilizado para se referir à falta de acesso de pessoas que menstruam a produtos básicos para manter uma higiene e saúde adequadas durante o período. Envolve, também, a ausência ou precariedade de infraestrutura nos ambientes onde vivem, trabalham ou estudam. É considerado um problema de saúde pública e de direitos humanos pela ONU desde 2014, mas não possui, ainda, a visibilidade necessária na sociedade. Por esse motivo, o objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão narrativa da literatura, compilando as principais produções sobre precariedade menstrual no Brasil e os desafios para o seu enfrentamento. Refletindo sobre a menstruação no cotidiano, levando em consideração fatores subjetivos, socioeconômicos, culturais e sociais. A revisão foi realizada de forma não sistemática no período de outubro de 2021 a junho de 2022. A busca foi realizada, por meio de descritores em bases de dados científicas, complementada com uma busca manual nas listas de referências dos trabalhos selecionados. Nesta revisão, foi possível observar que, o grande desafio continua sendo fomentar e potencializar as políticas públicas para que seja alcançado o exercício à dignidade menstrual no Brasil, com foco na superação das desigualdades de gênero e na justiça social.

Palavras-chave: Precariedade Menstrual; Menstruação; Produtos de Higiene Menstrual; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Saúde Pública; Gênero.

ABSTRACT

Menstrual precariousness is the term used to refer to the lack of access of people who menstruate to basic products to maintain adequate hygiene and health during the period. It also involves the absence or precariousness of infrastructure in the environments where they live, work or study. It has been considered a public health and human rights problem by the UN since 2014, but it still does not have the necessary visibility in society. For this reason, the objective of this work was to carry out a narrative review of the literature, compiling the main productions on menstrual precariousness in Brazil and the challenges to face it. Reflecting on menstruation in everyday life, taking into account subjective, socioeconomic, cultural and social factors. The review was carried out in a non-systematic way from October 2021 to June 2022. The search was performed using descriptors in scientific databases, complemented with a manual search in the reference lists of the selected works. In this review, it was possible to observe that the great challenge continues to be to promote and enhance public policies so that the exercise of menstrual dignity is achieved in Brazil, with a focus on overcoming gender inequalities and social justice.

Keywords: Menstrual Precariousness; Menstruation; Menstruation Hygiene Products; Sexual and Reproductive Rights; Public Health; Gender.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PM	Precariedade e/ou Pobreza Menstrual
UNICEF	Fundo das Nações Unidas Para a Infância
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
PIS	Programa de Integração Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 OBJETIVOS	5
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	5
3 MÉTODO	6
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	7
4.1 PRECARIIDADE MENSTRUAL: DESIGUALDADES E VIOLAÇÕES DE DIREITOS	8
4.2 GÊNERO, RAÇA E CLASSE: UM OLHAR INTERSECCIONAL ACERCA DA MENSTRUACÃO	12
4.3 DIGNIDADE MENSTRUAL COMO QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA E DE DIREITOS HUMANOS	17
4.4 POLÍTICAS E INICIATIVAS QUE ABORDAM O PROBLEMA DA PRECARIIDADE MENSTRUAL NA SOCIEDADE.....	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27
ANEXO A - LEI Nº 14.214, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021	38

1 INTRODUÇÃO

Em 2019, na 91ª Cerimônia do Oscar, o vencedor da categoria de "Melhor Documentário de Curta-metragem" foi "Absorvendo o Tabu", que trata da questão da precariedade menstrual em uma comunidade próxima a capital da Índia. Foi depois de assisti-lo que comecei a refletir e estudar sobre o assunto, que até então era desconhecido para mim e pouco explorado na literatura e na mídia. A produção de apenas 26 minutos revela a história de uma população em que a maioria dos homens sequer sabe do que se trata o direito a menstruação e em que as mulheres sofrem preconceitos por conta do período, chegando a perder o emprego e largar os estudos. Segundo o documentário, apenas 10% das mulheres na Índia tem acesso aos absorventes, o que faz com que a maioria utilize qualquer pano, até sem higienização, ou simplesmente deixam de frequentar lugares públicos por conta de manchas de sangue nas roupas.

A precariedade ou pobreza menstrual é o termo utilizado para se referir à falta de acesso de pessoas que menstruam a produtos básicos para manter uma higiene e saúde adequadas no período da menstruação (PALETTA; DIEGUEZ, 2022). Não se restringe a falta de recursos financeiros para comprar absorventes, e a utilização de métodos improvisados, como o uso de tecidos, jornais e até miolos de pão durante o período menstrual para suprir a falta dos itens de higiene, mas diz respeito também, segundo a UNICEF e a UNFPA (2021) a ausência ou precariedade de infraestrutura, como banheiros, água e saneamento nos ambientes onde as pessoas vivem, trabalham ou estudam.

E acomete, na maior parte das vezes, adolescentes menstruantes em estado de vulnerabilidade social (UNICEF; UNFPA, 2021). O que, por conseguinte, leva a desigualdade de direitos e oportunidades, contribuindo para retroalimentação de ciclos transgeracionais de inequidades de gênero, raça, classe social, além de impactar negativamente na trajetória educacional e profissional dessas pessoas. No Brasil, cerca de 713 mil meninas vivem sem acesso a banheiro ou chuveiro em seu domicílio e mais de quatro milhões não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas. Os dados são da pesquisa "Pobreza Menstrual no Brasil:

Desigualdade e Violações de Direitos”¹, lançada em maio de 2021 por UNICEF e UNFPA (UNICEF; UNFPA, 2021). Nesse mesmo contexto, sabe-se que:

O nosso país possui uma das mais elevadas taxas sobre absorventes no mundo, com tributação média de 25% do produto. Isto, somado a não distribuição de tais produtos e o descaso em relação à criticidade da situação demonstra a importância de se debater a respeito (DE PIAU VIEIRA; LOPES; CARVALHO, 2021).

Considerando que a menstruação é uma condição natural, há grande necessidade de produção de conhecimento sobre o tema, para possibilitar o desenvolvimento de políticas públicas apropriadas direcionadas a melhora da qualidade de vida dessas pessoas. Essa situação se configura como uma violação dos direitos humanos e uma violência de gênero, pois atinge, em maioria, mulheres, que se encontram em situações de extrema vulnerabilidade social, como privação de liberdade, refúgio, permanência em zona de conflito, situação de rua, miséria, entre outras. Garantir a dignidade menstrual vai ao encontro dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNITED NATIONS, 1949) e do Direito à Saúde no Brasil, assegurada pelo art. 196 da Constituição Federal de 1988 (FEDERAL, 1988), sendo também uma maneira de “possibilitar o direito a autonomia corporal e a autodeterminação das pessoas que menstruam” (UNICEF; UNFPA, 2021).

2 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão narrativa da literatura, compilando as principais produções sobre precariedade menstrual no Brasil e os desafios para o seu enfrentamento.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

¹<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>

Refletir sobre o significado da menstruação no cotidiano de vida, levando em consideração fatores subjetivos, socioeconômicos, culturais e sociais;

Discutir fatores que influenciam a dificuldade de acesso aos direitos e a saúde menstrual;

Analisar a relação do fenômeno da precariedade menstrual com a desigualdade de gênero na sociedade.

3 MÉTODO

Visto a abrangência da temática e por possibilitar uma discussão mais ampla, a revisão narrativa pareceu ser o método mais apropriado para desenvolver este trabalho, por ser uma modalidade de estudo que busca agregar conhecimentos teóricos e contextualizados a respeito de um dado tema selecionado (ROTHER, 2007), possibilitando uma discussão mais ampla sobre o mesmo.

Na revisão narrativa busca-se a harmonização do conhecimento em torno de aspectos conceituais e empíricos relevantes acerca de um objeto de investigação, caracterizando-se, basicamente, por ser uma síntese teórico-analítica (FARO; PEREIRA, 2013) e é considerada essencial para contribuições no debate de determinadas temáticas, levantando questões e colaborando para a atualização do conhecimento (CORDEIRO et al, 2007).

A revisão foi realizada de forma não sistemática no período de outubro de 2021 a junho de 2022. A busca bibliográfica foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por meio das seguintes bases de dados científicas: MEDLINE, LILACS, WHOLIS (OMS) e SciELO, complementada com uma busca manual nas listas de referências dos trabalhos selecionados. As buscas foram baseadas na seguinte pergunta de pesquisa: Quais os desafios para o enfrentamento da precariedade menstrual no Brasil, considerando-a como uma questão social e de saúde pública?

Para a busca, foram utilizados os seguintes descritores: Menstruação OR saúde menstrual OR pobreza menstrual OR higiene menstrual OR dignidade menstrual AND Brasil AND saúde pública. As buscas foram realizadas sem limitação

de data, país do estudo ou área de conhecimento. Foram incluídos no estudo artigos originais, de revisão e literatura nos idiomas inglês, espanhol e português. A seleção dos artigos, documentos oficiais nacionais e internacionais abrangeu o período de 2000 a 2022, excluindo os que se encontraram em duplicidade. Na busca foram encontrados 30 artigos que correspondiam aos critérios, sendo 24 em português, 4 em inglês e 2 em espanhol.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando as temáticas relacionadas à pergunta de pesquisa, foram abordados as seguintes categorias: 4.1) Precariedade menstrual: desigualdades e violações; 4.2) Gênero, raça e classe: um olhar interseccional acerca da menstruação; 4.3) Dignidade menstrual como questão de saúde pública e direitos humanos; 4.4) Políticas e iniciativas que abordam o problema da precariedade menstrual na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz et al. **Pobreza Menstrual no Brasil Diagnóstico e Alternativas**. 2021. Tese de Doutorado.

ALMEIDA, Rafaela Cristina Oliveira de et al. **A carne mais barata do mercado: tensões de raça e gênero e a violência contra a mulher no Brasil**. 2022.

AMORIM, Carolina Melo et al. OS IMPACTOS DA POBREZA MENSTRUAL NA SAÚDE DA MULHER. **SEMPESq-Semana de Pesquisa da Unit-Alagoas**, n. 9, 2021.

ASSAD, Beatriz Flügel. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**, v. 2, n. 1, p. 140-160, 2021.

AZEVEDO, Dayanne Barbosa de et al. **A dignidade menstrual como componente do direito fundamental de proteção à saúde das mulheres em situação de vulnerabilidade**. 2021.

AZEVEDO, Maria Regina Domingues de. **Influências dos fatores individuais e socioculturais na ocorrência da síndrome pré-menstrual (SPM) em adolescentes**. Tese (Doutorado em Pediatria) - Faculdade de Medicina, University of São Paulo, São Paulo, 2005.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. 2001.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2009a.

BRASIL. **Lei nº 14.214, de 06 de outubro de 2021**. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrua [...]. Brasília, DF, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2021/Lei/L14214.htm . Acesso em 16 de maio de 2022.

BRÊTAS, José Roberto da Silva. SILVA, Conceição Vieira. Orientação sexual para adolescentes: relato de experiência. **Acta Paul Enferm**. 2005; 18(3): 326-33.

BISCOTTO, Priscilla Ribeiro et al. Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 50, p. 749-755, 2016.

BOFF, Rogers Alexander et al. POBREZA MENSTRUAL E SOFRIMENTO SOCIAL: A BANALIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL DAS MULHERES NO BRASIL. **Revista de Psicologia, Educação e Cultura**, v. 25, n. 3, p. 133-147, 2021.

BRITO, Mariana Alves Peixoto da Rocha. **Pobreza Menstrual e Políticas Públicas para mulheres e meninas**. 2021.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 17, p. 77-93, 2007.

CAPRARO, Chiara. Direitos das mulheres e justiça fiscal: Por que a política tributária deve ser tema da luta feminista. **SUR**, v. 13, n. 24, p. 17-26, 2016.

CARDOSO, Lauren F; SCOLESE, Anna M.; HAMIDADDIN, Alzahra; GUPTA, Jhumka. **Period poverty and mental health implications among college-aged women in the United States. BMC Women's Health**. 2021. Disponível em: <https://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12905-020-01149-5>. Acesso em 27/05/2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. et al. (2017). Direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI: inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente. João Pessoa: **Editora UFPB**. <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/149/58/581-1>

CEARÁ (Estado). Ministério Público do Estado do Ceará - MPCE. **População em situação de rua: guia de atuação do MPCE**. 2015.

CISNE, Mirla.; SANTOS, Silvana Mara Morais. dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. - (Biblioteca básica de serviço social; v.8).

CHEUNG, Angela M.; HWANG, Stephen W. Risk of death among homeless women: a cohort study and review of the literature. **Cmaj**, v. 170, n. 8, p. 1243-1247, 2004.

CONNELL, Raewyn. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 2, p. 11-34, 2014.

CORDEIRO, Alexander Magno et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, p. 428-431, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". **Estudos Feministas**, 10 (1): 171-188, 2002.

CRICHTON, Joanna et al. M. Emotional and psychosocial aspects of menstrual poverty in resource-poor settings: a qualitative study of the experiences of adolescent girls in an informal settlement in Nairobi. **Health Care Women Int.** 2013 Oct;34(10):891-916. doi: 10.1080/07399332.2012.740112. Epub 2013 Apr 9. PMID: 23570366.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Edição do Kindle. (Capítulo de Livro).

DALLARI, Sueli Gandolfi. O direito à saúde. **Revista de saúde pública**, v. 22, n. 1, p. 57-63, 1988.

DA ROCHA, Isabella Coelho et al. Pobreza menstrual no mundo: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 2, p. 10704-10714, 2022.

FEDERAL, Senado. Constituição. Brasília (DF), 1988.

DEJOURS, Christophe. Por um novo conceito de saúde. **Rev. bras. Saúde ocup.**, 14(54) :7-11, 1986. 4

DE PIAU VIEIRA, Lorena Marques Heck; LOPES, Luíza Pereira; CARVALHO, Maria Gabriela Ferreira. POBREZA MENSTRUAL: UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA. **RAHIS-Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**, v. 18, n. 4, p. 161-161, 2021.

DE SOUZA, Cicera Eduarda Almeida et al. MENSTRUAL POVERTY AND ITS IMPACTS ON WOMEN'S HEALTH: AN INTEGRATIVE REVIEW. **Health and Society**, v. 2, n. 01, 2022.

DE SOUZA, Thaís Melo. Perspectivas sobre a menstruação: análise das representações na publicidade e na militância feminista online. **CSONline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, n. 23, 2017.

DOS SANTOS NERIS, Brenda Borba. Políticas fiscais e desigualdade de gênero: análise da tributação incidente nos absorventes femininos. **Revista FIDES**, v. 11, n. 2, p. 743-759, 2020.

DUGAND, Adriana Gaviria; DE MENEZES, Thaynara Carinhonha. Diversidade cultural, redução da pobreza e empoderamento feminino: desafios dos PTC em comunidades indígenas no Brasil e na América Latina. **Anais**, p. 1-21, 2019.

GRAEFF, Lucas. Corpos precários, desrespeito e autoestima: o caso de moradores de rua de Paris-FR. **Psicologia USP**, v. 23, p. 757-775, 2012.,

FARO, André; PEREIRA, Marcos Emanuel. Medidas do estresse: uma revisão narrativa. **Psicologia, Saúde e doenças**, v. 14, n. 1, p. 101-124, 2013.

FEDERAL, Senado. Constituição. **Brasília (DF)**, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FRASER, Nancy. Repensando o reconhecimento. **Revista Enfoques**. Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 114-128, ago. 2010.

INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Relação das brasileiras com o período menstrual e o Fenômeno da Pobreza Menstrual**. 2022. Disponível em: <https://ilocomotiva.com.br/estudos/> acesso em 27 de abril 2022.

KOHEN, Micaela; MEINARDI, Elsa. **Problematizando las enseñanzas sobre la menstruación en la escuela: lo disimulado, lo negativo, lo silenciado**. Biografías, v. 9, n. 16, p. 179-183, 2016.

LAGO, Pilar et al. Sangramento poético: o corpo feminino como resistência em Sangria. In: **Latinidades-Fórum Latino-Americano de Estudos Fronteiriços**. 2020.

MACDONALD, Sue-Ann. Managing risk: self-regulation among homeless youth. **Child and Adolescent Social Work Journal**, v. 31, n. 6, p. 497-520, 2014.

MARÍN, Yonier Alexander Orozco; CASSIANI, Suzani. Como seria o mundo se os homens cisgêneros também menstruassem? Outras abordagens sobre a

menstruação no ensino de ciências e biologia. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 14, n. 22, 2021.

MAZZARDO, Luciane de Freitas; AQUINO, Quelen Brondani de. Políticas tributárias e gênero: um debate necessário para a efetivação da transversalidade das políticas pública com a perspectiva de gênero. In: Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, n. 10, 2014. **Anais**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2014.

MOREIRA, Luisa Prado Afonso. **Pobreza menstrual no Brasil: diagnóstico e alternativas**. 2021. Tese de Doutorado.

MELO, Vico. **Necropolítica e o Estado Moderno no Contexto do Colonialismo: descolonizar a mente para novas possibilidades de ver, pensar e agir**. Sociedade Em Debate, 25(2), 24-44. 2019. Recuperado de <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1807>

MOTTA, Maria Carolina Carvalho; DA ROCHA BRITO, Mariana Alves Peixoto. POBREZA MENSTRUAL E A TRIBUTAÇÃO DOS ABSORVENTES. **Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 24, n. 1, p. 33-54, 2022.

MOVIMENTO NACIONAL. ODS Santa Catarina. **Projeto de Lei trata da pobreza menstrual. 2020**. Disponível em: <https://sc.movimentoods.org.br/2020/07/03/projeto-de-lei-trata-da-pobrezamenstrual/> Acesso em 29 de abril de 2022.

MOYA GONZÁLEZ, Daniela Patricia et al. **La menstruación como política pública innovadora en el marco de los derechos sexuales y reproductivos de niñas y mujeres en Colombia**.

MOZZATTO, Natália Rosa; FARIA, Josiane Petry. DA POBREZA MENSTRUAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE AMARTYA SEN. **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 7, n. 2, p. 81-96, 2022.

NERY, Evelyn Teixeira. **Práticas dos cuidados de saúde na primeira menstruação da mulher Waíkhana de Santa Isabel do Rio Negro-AM: do passado ao presente**. 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. ONU Mulheres Brasil. (2014). **Movimento Global**. <http://www.onumulheres.org.br/elesporelas/movimentogloba/>

PALETTA, Gabriela Cabral; DIEGUEZ, Roberta Siqueira Mocaiber. “O que a psicologia tem a dizer sobre isso?”: deslocamentos e provocações sobre pobreza menstrual entre duas psicólogas e um grupo de mulheres universitárias. **Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**, v. 5, n. 5, 2022.

PATRIOTA, Elisabeth Bezerra; DE AMORIM, Vilma Leite Machado. 2021. (IN) DIGNIDADE MENSTRUAL: A FACE FEMININA DA POBREZA. **ANAIS ELETRÔNICOS [...] V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO**. Minas Gerais: 2021. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499456914_ARQUIVO_artigofazendogenero17-JanainaMorais.pdf Acesso em: 1 mai. 2022.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social: temas & questões**. Cortez, 2008.

POCAHY, Fernando. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 13, n. 23, 2011.

QUEIROZ, Nana. **Presos Que Menstruam**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RIBEIRO, Carla Gabriela Cruz; SANTOS, Sharina Noletto; DE PAULA RIBEIRO, Lara. A POBREZA MENSTRUAL: UMA ANÁLISE DA DIGNIDADE DAS PRESAS NO BRASIL. **Facit Business and Technology Journal**, v. 2, n. 31, 2021.

ROMÃO, Maurício EC. Considerações sobre o conceito de pobreza. **Revista Brasileira de Economia**, v. 36, n. 4, p. 355-370, 1982.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisión sistemática X Revisión narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, p. v-vi, 2007.

RUIZ, Lina. **La sangre de las otras: cambios generacionales en la percepción de la menstruación y su relación con la dominación masculina**. Disertación Máster Erasmus Mundus en Estudios de las Mujeres y de Género, Granada, España, 2010.

SHIRAIISHI, Leticia Sayuri et al. Pobreza Menstrual e Políticas Públicas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 2, p. 10715-10729, 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 73-102.

SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo; SCHRAMM, Fermin Roland. A saúde entre a iniquidade e a justiça: contribuições da igualdade complexa de Amartya Sen. **Ciência & Saúde Coletiva**. Teresópolis, 2015. p.129-142. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232005000100020&script=sci_arttext. Acesso em 27/02/2022.

SOMMER, Marni; PHILLIPS-HOWARD, Penelope A; MAHON, Therese; et al. Beyond menstrual hygiene: addressing vagina bleeding throughout the life course in low and middle-income countries. **BMJ Global Health**. 2017. Disponível em: <https://gh.bmj.com/content/bmjgh/2/2/e000405.full.pdf>.

SOUSA, Elaine Pereira de; SILVA, Letícia de Oliveira. **Sangrar é político: diálogos acerca da pobreza menstrual na vida de meninas pretas e pardas**. 2022.

SOUZA, Márcia Rebeca Rocha de et al. Gênero, violência e viver na rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, 2016.

TOLEDO, Lizianny; MACIEL, Maria Izadora; SANTOS, Silmara Mendes Costa. HÁ IMPACTOS DA MENSTRUÇÃO NO COTIDIANO DE VIDA DAS MULHERES EM IDADE FÉRTIL?. **SEMPESq-Semana de Pesquisa da Unit-Alagoas**, n. 9, 2021.

UNICEF & UNFPA. **Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>

UNITED NATIONS. GENERAL ASSEMBLY. **Universal declaration of human rights**. Department of State, United States of America, 1949.

VIGOYA, Mara Viveros. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**, pp.1-17. 2016.

VILLA, Eliana Aparecida et al. Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de rua e a vulnerabilidade para o uso de substâncias psicoativas. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 2122-2131, 2017.

ZILAH, Débora et al. **Pobreza Menstrual**. 2021.

MINICURRÍCULO

Possui Graduação em Psicologia pela Universidade Luterana do Brasil (2020). Atualmente é Mestranda em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) com bolsa PROSUC/Capes. Cursa Especialização em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (FaE/UFPel). Foi Aluna Especial do Programa de Pós-graduação em Epidemiologia em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa GEP - Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório de Conflitos da Cidade. Participou da Iniciação Científica do Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Psicologia Clínica Social - VIDAS da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Dedicar-se aos estudos nas áreas de: Teorias de Gênero e Feminismos; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Psicologia Social; Saúde Pública; Direitos Humanos; Políticas Públicas; Pobreza e Desigualdades Sociais; Epistemologias pós-coloniais, decoloniais e anticoloniais.

CV: <http://lattes.cnpq.br/7379130484686066>